



## NOTA DE SÍNTESE PARA O 8º DIÁLOGO AFRICANO DE LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

### TEMA: “MECANISMO EFICAZ DE PROTEÇÃO AOS DENUNCIANTES: UMA FERRAMENTA CRÍTICA NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO”

9-10 DE JULHO DE 2024

#### 1. Contexto

O ano de 2023 marcou vinte (20) anos desde que a convenção (CUAPCC) foi adotada e conseqüentemente uma revisão do percurso da CUAPCC destacou os progressos, avanços e conquistas alcançadas até atualmente na sua implementação. A revisão também destacou os principais desafios enfrentados e propôs as áreas de foco para a próxima década, com o objetivo de implementar de maneira eficaz a Convenção. Um dos desafios identificados foi o sistema de denúncia inadequado que impede os cidadãos de denunciar e ‘reportar’ casos de corrupção. Ao reconhecer o papel dos denunciadores no combate à corrupção, os Estados-Membros no (sétimo) 7º diálogo anual africano de luta contra a corrupção adotaram o tema “**Mecanismo eficaz de proteção dos denunciadores: uma ferramenta crítica de luta contra a corrupção**”. Contudo, o Conselho dedicou o seu trabalho em 2024 para promover o papel da denúncia no combate à corrupção.

#### 2. A denúncia para o combate à corrupção.

A denúncia pode desempenhar um papel crítico na promoção da luta contra a corrupção. A corrupção, sendo uma atividade clandestina, a menos que alguém denuncie, reporte e exponha os atos, nunca poderá ser descoberta. Portanto, o papel dos denunciadores na promoção da denúncia à corrupção torna-se bastante primordial. Vários atores no cenário de luta contra a corrupção, como o gabinete das Nações Unidas sobre drogas e crime (UNODC), *Transparency Internacional*, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), destacaram a importância de mecanismos eficazes de denúncia para promover o combate à corrupção. No seu recente estudo sobre os defensores dos direitos humanos de luta contra a corrupção, a *Amnesty International* acudiu os denunciadores que sofreram represálias, por falta de estruturas legais robustas para proteger os denunciadores.

Foram feitos apelos aos governos para removerem as barreiras à denúncia e promoverem uma cultura de responsabilização que permitisse a denúncia de má conduta, atos ilegais e corrupção. O desenvolvimento de legislação e mecanismos eficazes para a proteção de denunciadores conforme os padrões internacionais é, entretanto, fundamental. Além disso, a necessidade de sensibilização contínua sobre os benefícios da proteção aos denunciadores não pode ser ignorada. Reconhecendo que alguns países africanos

implementaram legislações sobre a proteção de denunciadores, existe a necessidade de fazer mais pesquisas para estabelecer se as medidas eficazes para a gestão de denúncias e proteção de indivíduos que decidem denunciar casos estão disponíveis. O diálogo africano de combate à corrupção de 2024 proporcionará um espaço para os principais intervenientes e grupos de defesa unirem-se ao AUABC na realização destas iniciativas de pesquisa.

### **3. A AUCPCC e a Denúncia.**

A AUCPCC reconheceu a denúncia como uma ferramenta crítica para combater a corrupção. Reconhecendo o ato da denúncia como uma ferramenta crítica para o combate à corrupção, o artigo 5 (5) da Convenção obrigou os Estados Partes a adotar medidas legislativas e outras para proteger os denunciadores e testemunhas dos casos de corrupção e crimes relacionados, incluindo a proteção das suas identidades. Além disso, o artigo 5 (6) obriga os Estados Partes a adotar medidas que garantam que os cidadãos relatem casos de corrupção sem medo de quaisquer represálias. As análises dos países revelaram que os Estados Partes implementaram várias iniciativas, tais como a legislação para promover a denúncia. Alguns países implementaram ainda mais, mecanismos e regulamentos de proteção aos denunciadores. No entanto, há poucas evidências sobre a criação de medidas eficazes de denúncia. Os meios de comunicação estão sempre inundados de histórias de denunciadores que sofrem represálias. Entretanto, o Conselho realizará, um estudo continental sobre o estado da proteção contra denúncias em África. Isso ajudará o Conselho a desenvolver uma Legislação Modelo sobre Denúncias para os Estados-Membros da União Africana, bem como outras medidas e estratégias apropriadas para melhorar a denúncia.

### **4. Objetivos do Diálogo Africano de luta contra a corrupção**

Contudo, a jornada africana de luta contra a corrupção de 2024 proporcionará uma plataforma para destacar a importância da denúncia no combate à corrupção e também proporcionará um espaço para as partes interessadas refletirem sobre os desafios, boas práticas e recomendações para melhorar a denúncia nos Estados-Membros da União Africana. Reunirá os representantes dos Estados-Membros, Organizações Internacionais, agências nacionais de luta contra a corrupção, a sociedade civil, o meio académico e outros intervenientes.

O Diálogo tem os seguintes objetivos específicos:

- a) Fazer um balanço sobre a proteção dos denunciadores em África;
- b) Identificar as melhores práticas de proteção dos denunciadores que estão a contribuir para a luta contra a corrupção em África;
- c) Fornecer recomendações aos Estados Partes sobre mecanismos eficazes de denúncia para melhorar a proteção dos denunciadores;
- d) Envolver e estabelecer relações mais profundas com o AUABC, as autoridades nacionais de luta contra a corrupção, a sociedade civil e outros intervenientes nacionais importantes.

## 5. Resultados Previstos

Os resultados esperados do Diálogo são os seguintes:

- i. Uma publicação sobre o estado dos mecanismos de proteção dos denunciantes em África;
- ii. Recomendações e estratégias a submeter à apreciação dos órgãos deliberativos da União Africana e de outros intervenientes relevantes.
- iii. Um envolvimento profundo entre as comunidades económicas regionais (CER), as autoridades nacionais de combate à corrupção, as organizações da sociedade civil em torno de intervenções de luta contra a corrupção, especialmente no mecanismo de denúncia.

## 6. Metodologia

A jornada africana de luta contra a corrupção será realizada num Estado-Parte a ser comunicado posteriormente. Será realizada uma série de *webinars* (seminários ‘online’) e painéis de discussão sobre a proteção dos denunciantes. Todos os recursos para o evento estarão disponíveis no sítio web e nas de redes sociais do AUABC.

- (a) Uma série de ‘Webinars’ e painéis de discussão;
- (b) Apresentação dos resultados da investigação sobre o estado da proteção dos denunciantes em África;
- (c) Convocação do terceiro fórum africano de atores não estatais de luta contra a corrupção à margem do Diálogo.

Será oferecida a interpretação simultânea em inglês, francês, árabe e português.

Para mais informações ou para partilhar as suas ideias, entre em contacto com o Secretariado do Conselho Consultivo da União Africana contra a Corrupção em [AUABCRegistry@africa-union.org](mailto:AUABCRegistry@africa-union.org).

## 7. Mensagens principais

- Os governos devem trabalhar para implementar uma legislação eficaz para os denunciantes.
- Os denunciantes precisam ser protegidos a todo o custo!
- Os sistemas eficazes de denúncia anónima, são cruciais para combater a corrupção.
- Os cidadãos devem apoiar os denunciantes para promover a luta contra a corrupção.
- Vamos todos denunciar para combater a corrupção na África que almejamos.